

# Presença e relevância das denúncias de corrupção nos jornais impressos do primeiro governo civil pós-ditadura militar (1985-1990)<sup>1</sup>

## Presence and relevance of corruption allegations in the newspapers of the first post-military dictatorship civilian government (1985-1990)

Diana Fernandes Silva Antonelli<sup>2</sup>  
Solano Nascimento<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a presença das denúncias de corrupção publicadas no noticiário político de jornais impressos do Brasil no período de redemocratização do País, segunda metade dos anos 1980. Uma hipótese investigada neste trabalho está relacionada ao indicativo de que as notícias sobre denúncias de corrupção e todo tipo de desvios praticados por políticos e autoridades públicas perdem força e espaço em anos de eleição. Se não existe um grande escândalo político em curso, a prioridade dos jornais voltar-se-ia para a cobertura de assuntos relativos à disputa eleitoral, reduzindo o espaço e a relevância do noticiário de denúncias. Durante os cinco anos do governo do presidente José Sarney, primeiro governo civil após a ditadura militar (1985-1990), essa parece ter sido uma tendência, verificada principalmente no ano da eleição presidencial que ocorreu em 1989.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 23 e 25 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Mestranda da linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Jornalismo da Faculdade Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

**Abstract:** This paper analyzes the presence of corruption allegations published in the political news of printed newspapers in Brazil in the re-democratization period, in the second half of the 1980s. A hypothesis investigated in this work is related to the indication that the news about corruption allegations and all sorts of deviations practiced by politicians and public authorities lose strength and space in election years. If there isn't a major political scandal in progress, the priority of the newspapers back would to cover matters relating to electoral dispute, reducing the space and the relevance of the reports of news about corruption. During the five years of the government of President José Sarney, the first civilian government after the military dictatorship (1985-1990), this seems to be a trend, mainly observed in the year of the presidential election that took place in 1989.

**Palavras-chave:** Jornalismo político; jornal impresso; denúncias; corrupção.

**Keywords:** Political Journalism; newspaper; complaints; corruption.

## 1 Introdução

Na história recente do jornalismo brasileiro, os escândalos políticos se tornaram mais frequentes a partir do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, que se tornou o primeiro grande caso de corrupção com resultados e consequências significativos para o trabalho da imprensa e para a cena política nacional.

Foi um importante teste para os jornais e jornalistas brasileiros, que tentavam consolidar um papel mais atuante, efetivo e vigilante sobre o poder público no período pós-ditadura militar. Papel esse que começou a ser reativado na segunda metade da década anterior, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), período analisado neste artigo.

O foco do artigo é a cobertura de política nacional produzida pelos principais jornais impressos do Brasil no início do processo de redemocratização. A análise tomará por base os resultados de pesquisa realizada com o objetivo de verificar a presença e a relevância no noticiário político das notícias sobre denúncias de corrupção e outras irregularidades praticadas por políticos e integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esta pesquisa é parte de um projeto de Mestrado em curso que estuda a presença e a importância do noticiário sobre denúncias de corrupção no jornalismo impresso em um período de 30 anos (1985-2014).

Foram escolhidos como *corpus* da pesquisa os três principais jornais impressos de referência nacional e que fazem de forma mais permanente a cobertura da política nacional – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

## 2 Teorias

A prática do jornalismo político pressupõe, como em toda produção de notícia, o comprometimento com alguns dos valores básicos do jornalismo moderno: independência, neutralidade, imparcialidade, compromisso com os interesses públicos e compromisso com a objetividade (SCHUDSON, 1978; ALBURQUERQUE, 1999; TRAQUINA, 2005). Em tese, esse é o modelo praticado hoje no Brasil e nas demais sociedades democráticas, mas os questionamentos sobre a prática do jornalismo político, em especial do chamado jornalismo de denúncias, presentes em estudos acadêmicos e também nas redações de jornais, sugerem que se trata de um campo aberto a novas pesquisas e discussões.

É opinião corrente que o jornalismo político se sustenta na democracia e é neste cenário de liberdade que ele se define. Para Herrmann (2015), a liberdade de expressão exercida pela imprensa nas democracias é o que permite aos jornais informar sobre as ações dos governos e de seus opositores, e que dá aos cidadãos a possibilidade de cobrar dos políticos competência, ética e diligência. É esse papel vigilante da imprensa que Traquina (2005) ressalta na sua definição do que é jornalismo em uma democracia.

O que é o jornalismo numa democracia? A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre os poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo (TRAQUINA, 2005, p. 23).

Nas democracias, a relação entre mídia e política se torna mais intensa, mas também controversa, tanto na prática como no campo teórico. São duas esferas que, segundo Miguel (2002), se guiam por lógicas diferentes, interferem uma na outra, mas não se subordinam: “Mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a

influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla” (MIGUEL, 2002, p. 167).

Há ainda no campo teórico uma percepção crítica a respeito do noticiário político produzido pela imprensa brasileira. Em um estudo no qual analisa a crise de confiança na política e o papel da mídia neste cenário de fragilidade, com a ressalva de que não duvida da existência de corrupção no Congresso Nacional, Porto (1999, p. 42) sustenta seu argumento de que a cobertura das instituições políticas no Brasil tem um caráter enviesado, que determina a ênfase negativa do noticiário.

A própria classe política alimenta a cobertura negativa. A maioria dos casos recentes de corrupção desvendados no Brasil resultou em grandes escândalos políticos, como previstos na definição de Thompson (2000, p. 124). O autor classifica os escândalos midiáticos em diferentes tipos: tragédias pessoais, lutas sociais e desvios éticos e financeiros. São esses desvios, na visão de Thompson, que têm mais chances de se transformar em grandes escândalos políticos, pois envolvem não apenas um líder ou figura política, mas toda uma estrutura de poder e a luta por poder que se trava dentro dela.

Se quisermos compreender a natureza do escândalo político, não podemos nos concentrar na figura, ou no líder político apenas. Devemos levar em consideração as relações e instituições sociais em virtude das quais é atribuído poder público a um indivíduo, ou com respeito às quais o indivíduo procura adquiri-lo (THOMPSON, 2000, p. 124).

Além da disputa por poder, a grande visibilidade midiática dos governantes e de toda a classe política é apresentada por Thompson como um dos fatores que tornaram o escândalo uma característica proeminente da vida pública nas sociedades modernas. Daí o seu conceito de escândalo midiático. Para ele, o escândalo político, que está estreitamente ligado à corrupção, revela muito sobre a natureza do poder e sua fragilidade.

Nem toda denúncia, porém, tem potencial para se transformar em um escândalo midiático, como afirma Azevedo (2010):

[...] uma denúncia jornalística, embora muito frequente, nem sempre se transforma num escândalo político. Para se transfigurar num escândalo é necessário que a denúncia repercuta e reverbere entre os formadores de opinião e provoque reações em cadeia suficientemente fortes para que o caso

se transforme num assunto “quente” na opinião pública. Ou seja, num escândalo midiático. Uma vez na agenda pública, o escândalo passa a ter uma dinâmica própria em que os principais protagonistas deste espetáculo midiático, os jornalistas, os políticos e membros do ministério público e do judiciário, e eventualmente do aparelho policial, desempenham os papéis centrais (AZEVEDO, 2010, p. 15).

Waisbord (2000) constatou em seus estudos que a imprensa se tornou mais vigilante no Brasil e em outros países da América Sul que se livraram de regimes autoritários na mesma década da ditadura brasileira. Com a volta da democracia, afirma, já se apresentava como uma tendência regional o *watchdog journalism*, que, em outras palavras, significa o jornalismo cão de guarda ou jornalismo guardião.

Para Waisbord, o que caracteriza o jornalismo de investigação é que os repórteres desenterram informações sobre abusos de poder. Ressalta, porém, que assim o fazem não apenas porque há democracia, mas porque existe interesse da imprensa. Segundo ele, a democracia por si só não é suficiente para que a imprensa divulgue abusos de poder.

No jornalismo político, as denúncias de corrupção e outras irregularidades são guiadas por alguns dos critérios de noticiabilidade elencados por Galtung e Ruge (1965), Wolf (1999) e Traquina (2005), entre outros, e que são relativos principalmente a: proeminência ou hierarquia; negativismo; conflito; interesse nacional e relevância.

O grau de negatividade de um fato é um dos valores-notícia mais presentes no noticiário político, e mais fortemente no noticiário de denúncia. É aquilo que, no cotidiano do jornalismo, está relacionado ao velho clichê de quanto pior, melhor, ou *bad news, good news*. Quanto mais negativo, nas suas consequências, é um acontecimento, mais probabilidade ele tem de se transformar em notícia (GALTUNG e RUGE, 1965, apud WOLF, 1999, p 182).

Motta (2002), ainda sobre Galtung e Ruge, reforça que um fato negativo, que representa ruptura social, é mais fácil de ocorrer, exige menos tempo, é menos ambíguo e mais noticiável. Por outro lado, “acontecimentos positivos são por natureza mais lentos, mais banais, mais esperados, mais programáveis e, por conseguinte, menos noticiáveis” (p. 311).

A negatividade, o conflito, a hierarquia e o interesse nacional são valores-notícia determinantes na prática do jornalismo guardião. Mas há nessa relação uma via de mão dupla: os escândalos políticos colaboram para a noticiabilidade, enquanto a dimensão moral dos atos

de transgressão política (dada pela imprensa) contribui para a definição do valor da notícia (ALDÉ e VASCONCELLOS, 2008). Novos estudos sobre os valores-notícias dão maior amplitude aos seus efeitos na construção da notícia.

Apesar de agirem em diferentes momentos, na seleção primária, para a triagem, e na seleção hierárquica, como linhas-guia para o tratamento das matérias, os valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos e não “da sua construção jornalística”. Eles participam ativamente da construção noticiosa, mas a produção da notícia e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade (SILVA, 2012, p. 99).

### 3 Métodos

Os conceitos e ferramentas da análise de conteúdo (AC), com as abordagens quantitativas e qualitativas desenvolvidos por diversos estudiosos, em especial Bardin (1977) e Herscovitz (2007), guiaram a pesquisa feita nas edições dos jornais impressos, e que sustenta este artigo. Com atenção especial para a definição de Bardin de que na análise quantitativa o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; e que na análise qualitativa é a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo que é tomada em consideração.

[...] a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a inferência. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se a consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações. (BARDIN, 1977, p. 23).

Em defesa das diferentes abordagens permitidas pela análise de conteúdo, Herscovitz resgata o conceito de um dos fundadores dos estudos de comunicação nos Estados Unidos, Harold Lasswell: “Para Lasswell (1927; 1936), a análise de conteúdo descrevia com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço” (2008, p. 124). Herscovitz entende que, pela aplicação efetiva das duas vertentes, análises quantitativas e qualitativas, pode se observar tanto a frequência e a ocorrência como o contexto em que a informação foi produzida, além de significados que não estão explícitos.

Para a definição das unidades de análise foram utilizados conceitos de Barbetta (2004, apud HERSCOVITZ, 2007), que sustenta que as técnicas de amostragem tradicionais são econômicas, poupam tempo, são confiáveis e facilmente obtidas. Na etapa da amostragem foi adotada a técnica da quinzena artificial, ou quinzena construída, como definida por Bauer (2000), o que resultou na análise de 366 edições dos três jornais no período compreendido entre 15 de março de 1985 e 15 de março de 1990 – por essa técnica, a análise é de uma edição por quinzena, percorrendo todos os dias da semana. As datas correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao último dia do governo Sarney.

A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para um estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. Como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro ao todo? A chave para decifrar este enigma é a representatividade. A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra (BAUER, 2000, p. 40-41).

Pesquisa exploratória sobre os jornais escolhidos para o estudo indicou que o noticiário político e as reportagens de denúncias de corrupção contra políticos e integrantes de governos são publicados no primeiro caderno de cada um dos jornais escolhidos, onde estão assentadas as editorias assim designadas: **O País**, em *O Globo*; **Brasil/Poder**, na *Folha de S. Paulo*; **Política**, em *O Estado de S. Paulo*.

Este, portanto, foi o primeiro recorte do *corpus* de pesquisa: a análise se deu sobre as páginas correspondentes a essas editorias nos três jornais brasileiros, contemplando um período de 60 meses, que somou 1.825 dias. Foram analisados 122 dias, ou 122 edições de cada um dos jornais, totalizando 366 edições dos três jornais – ou seja, os dias analisados representam 6,6% de todo o período pesquisado.

Dentro desse *corpus* foram pesquisadas as reportagens e entrevistas produzidas por repórteres dos respectivos jornais. O que significa que não foram considerados os conteúdos classificados como de opinião: colunas fixas, colunas de convidados especiais, artigos de especialistas e editoriais.

Os pesquisadores Luiz Beltrão e José Marques de Melo estudaram e desenvolveram os

gêneros jornalísticos na imprensa brasileira. Melo (1985) analisa a classificação original de Beltrão e apresenta sua própria proposta, dividindo os gêneros jornalísticos brasileiros em duas categorias: o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo. Nesta pesquisa foram considerados os seguintes produtos jornalísticos classificados por Melo na categoria informativa: Notícia, Reportagem e Entrevista. A expressão “matéria” é também utilizada para representar notícias e reportagens.

Dentro dessa classificação, Melo define a notícia como o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, e a reportagem como o relato ampliado de um acontecimento que repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (Melo, 1985, p. 49). O noticiário político se enquadra nos dois casos: em um primeiro momento como notícia, e depois, muitas vezes, como reportagem que se estende por várias edições. Até se transformar em um escândalo político midiático. Ou não.

Além das páginas internas, foi verificada a presença das reportagens de denúncias também nas capas dos jornais, para auxiliar na análise da relevância editorial e jornalística das notícias, a partir da presença e do destaque, dado ou não, na primeira página.

As categorias de análise do presente estudo foram, em resumo, assim classificadas: diversos tipos de corrupção (propina, desvio de recursos públicos, superfaturamento); desvios éticos, administrativos e financeiros; tráfico de influência, compra de apoio e/ou de voto; desperdício de dinheiro público; mordomias e privilégios para agentes públicos bancados com dinheiro do contribuinte; crimes eleitorais; gestão administrativa e/ou financeira temerária, entre outras irregularidades praticadas por agentes públicos.

#### **4 Análise dos dados**

Sem a pretensão de se ter uma análise conclusiva, este artigo aborda, a partir da verificação de dados, alguns cenários sobre o comportamento da imprensa e a hipótese de que as notícias sobre denúncias contra políticos e autoridades perdem força e espaço nos anos eleitorais. Trata-se, efetivamente, apenas de uma hipótese, que poderá ser confirmada ou rechaçada por investigação mais completa, ou apenas motivar novos estudos. Antes de apresentar o resultado da pesquisa, vale resgatar a essência o cenário político, social e



econômico do Brasil naquela segunda metade dos anos 1980, que marcava um novo recomeço democrático para o País.

No início de 1985, a ditadura militar instaurada em abril de 1964 estava vivendo seus últimos dias e um presidente civil acabara de ser eleito, ainda que indiretamente, pelo Congresso Nacional. Era grande a euforia popular, a despeito da frustração do ano anterior com a rejeição, pelo mesmo Congresso Nacional, da emenda constitucional que reestabeleceria eleições diretas para Presidente da República.

O carisma e a habilidade política do mineiro Tancredo Neves, que em 15 de janeiro venceu o candidato da ditadura, Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral (formado pelos senadores e deputados federais), conquistaram apoio em amplos setores da sociedade, criando entre os brasileiros um movimento de esperança na política.

Nova frustração veio com a doença e morte de Tancredo, que nem chegou a tomar posse. Assumiu o governo em 15 de março de 1985 seu companheiro de chapa, o vice-presidente José Sarney, até então desconhecido do grande público. Mas eram tempos de esperança e as apostas, da sociedade e da política, foram renovadas para a gestão de Sarney. Iniciava-se, então, a chamada Nova República.

Os cinco anos seguintes foram marcados por grandes transformações e também grandes decepções. O Brasil viveu profundas mudanças na economia, que, em frangalhos, sofria constantes intervenções de planos econômicos mirabolantes na tentativa de debelar a inflação; os brasileiros presenciaram os polêmicos e ruidosos debates da Assembleia Nacional Constituinte, que entre 1987 e 1988 promoveria alterações substanciais nas leis do País e aprovaria uma nova Constituição para substituir aquela aprovada em 1967 pelos militares; e, fundamentalmente, reaprenderam a viver em um país livre da censura e dos arbítrios.

No cotidiano da política, esse cenário era composto ainda pela volta dos partidos políticos banidos pela ditadura; pelas eleições municipais de 1985; eleições de governadores e parlamentares, em 1986; e, na maior parte do período, pela luta travada pelo presidente Sarney e seus aliados para garantir, na nova Constituição, o mandato de cinco anos. Além de dominar o debate político, a disputa em torno da duração do mandato presidencial também alimentou o noticiário sobre irregularidades cometidas pelo governo e pelo próprio presidente.

O mandato original de Tancredo, como na ditadura militar, seria de seis anos. No

entanto, pouco depois da posse de Sarney começou no Congresso Nacional um forte movimento para aprovar a realização de eleições diretas para presidente da República ainda em 1988, reduzindo o mandato, assim, para quatro anos. Mesmo com a popularidade em queda, mas contando com o poder da máquina pública, Sarney conseguiu garantir cinco anos como mandatário, e as eleições diretas só ocorreram em 1989.

Foi neste rico e conturbado período da política brasileira, quando a imprensa teve papel de destaque, que o noticiário político dos jornais impressos foi se moldando aos novos tempos e às novas demandas da sociedade garantidas pelas liberdades democráticas.

Os resultados quantitativos da pesquisa sobre o trabalho dos jornais nesse período sugerem o avanço da presença das denúncias no noticiário político ao longo dos cinco anos, passando de 35 matérias capturadas no primeiro ano, em 1985, para 89 no último ano completo, 1989. Sendo que em 1988 esse número chegou a 111.

Já a análise qualitativa dos conteúdos jornalísticos permite levantar algumas inferências. Uma delas diz respeito à pouca relevância que a cobertura política feita pelos jornais dava às suspeitas e denúncias de corrupção e outros desvios praticados pela classe política e pelos governos. Esse comportamento era bastante evidente nos dois primeiros anos da redemocratização, mas foi se modificando.

Como exposto na tabela 1, foram capturadas nas 366 edições analisadas 330 notícias relacionadas a denúncias ou suspeitas de corrupção e outras irregularidades praticadas por políticos e autoridades de governos. A maior parte delas, 154, foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. *A Folha de S. Paulo* publicou 97 matérias, e *O Globo*, 79.

**Tabela 1:** Notícias relacionadas a denúncias publicadas em *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

NOTÍCIAS	1985*	1986	1987	1988	1989	1990**	TOTAL
<i>O Estado</i>	14	19	30	57	33	01	154
<i>Folha</i>	07	11	08	27	39	05	97
<i>O Globo</i>	14	06	13	27	17	02	79
<b>TOTAL</b>	35	36	51	111	89	08	330

Fonte: Levantamento próprio da autora nos endereços eletrônicos das publicações.

\*A partir de 15 de março, início do governo Sarney.

\*\*Período relativo aos meses de janeiro e fevereiro e à primeira quinzena de março.

Os dados (TAB.1) mostram que, entre 1985 e 1988, aumentou ano a ano o número total de matérias relacionadas a denúncias publicadas nos três jornais. Foram 35 capturadas pela amostra no primeiro ano, e 111 no último. Mas a chegada de 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da República depois de mais de 25 anos de jejum democrático, interrompeu esse percurso em *O Estado de S. Paulo* e em *O Globo*, que reduziram suas publicações nessa linha. Apenas a *Folha de S. Paulo* continuou a trajetória crescente.

Não é possível afirmar, com base nesses resultados, que os jornais publicaram mais notícias relacionadas a denúncias em anos não-eleitorais. Mas parece haver um movimento nesse sentido, quando se nota que o maior número de reportagens capturadas na amostra ocorreu em 1988, ano sem eleição (111 matérias), caindo para 89 no ano seguinte, o da eleição presidencial.

Outro indicativo é dado pela evolução dos números dos três primeiros anos, sendo que em dois deles ocorreram eleições. Em 1985, a tímida presença das denúncias no noticiário político se deveu, muito provavelmente, ao fato de a imprensa estar se readaptando ao novo regime de liberdades democráticas e à habitual cordialidade dispensada aos mandatários no início de seus mandatos. Mas também contribuiu para esse resultado a eleição municipal, considerando que o noticiário sobre a campanha e as negociações em torno de alianças eleitorais nas capitais predominou nas páginas pesquisadas.

Entre 1985 e 1986, a variação foi pequena (de 35 para 36), o que também pode ser justificado pela aparente preferência dos jornais em focar a cobertura política na disputa eleitoral. Em 1986 foram eleitos novos governadores, senadores e deputados federais e estaduais, e o noticiário político é, mais uma vez, predominantemente sobre as eleições.

Em 1987, ano sem eleição, o número de matérias subiu para 51, um crescimento considerável. Mas o grande salto ocorreu em 1988, outro ano sem eleição, chegando a 111 registros. É fato que, a esta altura do governo Sarney, as denúncias de corrupção e todo tipo de irregularidades proliferavam, contribuindo naturalmente para o aumento desse tipo de notícias.

As denúncias relativas aos altos e abusivos salários de funcionários públicos federais e estaduais nos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – ganharam destaque nas páginas dos jornais em 1987. Os chamados “marajás” do funcionalismo passaram a ser combatidos pela imprensa e essa bandeira foi apropriada por alguns políticos, como o então

governador alagoano, Fernando Collor, que adotou a marca “caçador de marajás” em sua campanha presidencial. Neste ano, *O Estado de S. Paulo* fez a diferença, ampliando substancialmente as notícias relacionadas a denúncias: publicou 30 das 51 matérias capturadas nos três jornais, sendo que 10 delas tiveram chamadas na primeira página. Nenhuma, porém, foi manchete principal. Ocorreu também em 1987 a revelação, pela *Folha de S. Paulo*, do primeiro grande caso de corrupção do governo Sarney: a confirmação de fraudes nos contratos da Ferrovia Norte-Sul, publicada na editoria de Economia.

Em 1988, as concessões públicas de emissoras de rádio e televisão para políticos aliados, já consideradas imorais, mas não ilegais ainda, ganharam destaque maior a partir da revelação de venda irregular dessas concessões para terceiros. Os três jornais publicaram várias matérias sobre a prática do governo Sarney de usar as concessões públicas como moeda de troca no jogo parlamentar. Mais uma vez sem chamadas na primeira página.

O ano de 1988 foi marcado também pela queda do ministro Aníbal Teixeira (Planejamento), após vários meses de desgaste provocado pelas denúncias de corrupção na sua pasta, sendo a principal delas a que apontava fortes suspeitas de que um primo seu teria cobrado propina e Cz\$ 1,2 milhão da prefeitura de Valença (RJ) para liberação de recursos federais.

As edições de *O Estado de S. Paulo* de 1988 reforçaram o jornal paulista como o mais empenhado na função de guardião do poder público naquela época. Neste ano, *O Estado* criou dentro do seu noticiário político uma página denominada “Corrupção”, com publicação contínua e diária de grandes e pequenas denúncias envolvendo agentes públicos.

Em 1989, como já dito, os jornais se dedicaram mais às disputas político-eleitorais, a despeito de o governo não ter reduzido suas práticas ilegais. O noticiário de denúncia perdeu força e espaço, com o registro de 89 matérias, contra 111 do ano anterior. Além de notícias relativas a desvios praticados pelo governo de Orestes Quécia em São Paulo, explorado principalmente pelos jornais paulistas, e sobre as aposentadorias privilegiadas dos deputados federais e senadores, um escândalo novo ganhou as páginas dos três jornais em 1989: a descoberta de um esquema de corrupção na Fundação Cabo Frio, ligada ao Itamaraty, que desviava dólares para contas de funcionários e diplomatas no exterior, com suspeitas de ligação até com o tráfico de drogas.

Os números e a análise qualitativa dos conteúdos da pesquisa indicam o que poderia ser

chamado de “um certo relaxamento” da função vigilante da imprensa em anos eleitorais. Essa percepção é amparada por farta literatura acadêmica que justifica a preferência da mídia pela cobertura de eleições. Para Salgado (2012), por exemplo, além do notório interesse público e de outros elementos de cunho político, destaca-se a ideia de que as campanhas eleitorais podem ser vistas como esforços organizados para mobilizar (a sociedade) e convencer através da informação e da persuasão, utilizando diferentes elementos que se interligam, sendo um deles a estrutura do sistema midiático.

Na análise dos dados da pesquisa que sustenta esse artigo é possível extrair algumas inferências do conteúdo das edições de jornais estudadas:

a) havia no início do processo de redemocratização, principalmente nos dois primeiros anos, um clima favorável dos jornais em relação à chamada Nova República. Haveria, acima de tudo, uma aposta para que o governo desse certo, que não houvesse qualquer risco de nova ruptura democrática.

b) a imprensa, mesmo vigilante, ainda buscava a forma mais apropriada de cumprir o papel de guardião do poder público. Em um momento em que velhos e novos vícios brotavam na política, ações ilegais ou imorais praticados por políticos e governantes, e que eles consideravam normais, passavam despercebidas, ou simplesmente ignoradas, pela mídia. Pequenos e raros registros de desvios deste tipo nos jornais, sem qualquer destaque, reforçam a ideia de um comportamento inconstante e indefinido da imprensa naquele momento.

c) na cobertura política feita pelos três jornais mereciam tratamento nobre, com publicação nos maiores e melhores espaços nas páginas internas e nas manchetes, assuntos relacionados às atividades políticas corriqueiras. A predileção por esse tipo de notícia estava estampada nas inúmeras matérias, por exemplo, sobre reuniões que nem sempre resultavam em decisões importantes e sobre negociações de bastidores, relevantes ou não. A escolha de um nome para um determinado cargo no Parlamento ocupava páginas inteiras do noticiário político. Negociações em torno de uma aliança partidária para eleições municipais se estendiam por várias edições. Nesses casos, se percebia também claramente aquilo que Motta (2015) classifica como “padronização de formas comunicativas”, com os três jornais apresentando um noticiário muito semelhante.

d) a preferência por essas matérias se justificava, em parte, pelo cenário marcado pela

retomada da democracia e pelas expectativas de poder político. Somada a isso, a liberdade de expressão, dos políticos e da imprensa, ajudava a construir diariamente um volumoso noticiário sobre política. Suspeitas ou denúncias de corrupção não eram, então, prioridades na linha de produção da notícia, ou na edição. Estavam em segundo plano. Ou em terceiro. Uma mostra de que denúncias não eram assuntos relevantes: elas eram sistematicamente publicadas nas últimas páginas das editorias da cobertura política, em espaços menores e, na grande maioria das vezes, sem chamadas nas capas. Eram apresentadas como matérias de segunda categoria. Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, foi publicada (1989) no pé da página uma denúncia de uso indevido pelas campanhas dos presidenciáveis de recursos financeiros e humanos, e das instalações físicas do Congresso Nacional. Na mesma edição, estampada em um alto de página um tipo de reportagem mais valorizada na época: “Os astros traçam o destino dos candidatos”.

Além das inferências permitidas pelas presenças e ausências no conteúdo analisado, os números da pesquisa por amostragem evidenciam o pouco prestígio do noticiário de denúncias nas primeiras páginas dos jornais (TAB. 2).

**Tabela 2:** Número de notícias, chamadas de capa e manchetes principais relacionadas a denúncias publicadas em *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, ano a ano.

<b>Jornais impressos</b>	<b>Notícias sobre denúncias</b>	<b>Chamadas na capa para denúncias</b>	<b>Manchete principal para denúncias</b>
<b>1985*</b>	35	09	00
<b>1986</b>	36	07	00
<b>1987</b>	51	14	01
<b>1988</b>	111	29	06
<b>1989</b>	89	25	05
<b>1990**</b>	08	02	00
<b>TOTAL</b>	330	86	12

Fonte: Levantamento próprio da autora nos endereços eletrônicos das publicações.

\*A partir de 15 de março, início do governo Sarney.

\*\*Período relativo aos meses de janeiro e fevereiro e à primeira quinzena de março.

Na amostra pesquisada, as chamadas de capa para as reportagens sobre denúncias

correspondem a pouco mais de 25% do total de matérias capturadas. E as manchetes principais, menos de 5%. São dados que sugerem outra hipótese a ser estudada: as denúncias eram investigadas e publicadas pela imprensa, mas não eram valorizadas pela edição do material.

Outro exemplo de que a prática do jornalismo vigilante ainda estava em fase de aprendizado foi a cobertura feita pelos três jornais, em fevereiro de 1989, sobre a pitoresca viagem protagonizada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, do PMDB do Ceará, que estava no exercício da Presidência da República. Como ocupante temporário do maior cargo da República, ele queria visitar seu estado em grande estilo.

E assim o fez: requisitou três aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) – um Boeing 707, um Jato menor e um Buffalo – para levar uma comitiva de centenas de pessoas, entre políticos, funcionários públicos e jornalistas, para desembarcar em Mombaça (CE), sua terra natal. Foi uma apoteose na cidade de quase 50 mil habitantes, a cerca de 300 quilômetros de Fortaleza.

A notícia, publicada desta forma – como denúncia do abuso do poder e desperdício de dinheiro público – só foi vista no dia seguinte à viagem em *O Estado de S. Paulo*, que levou o assunto para a manchete do jornal (“Paes usa três aviões no voo para Mombaça”) e abriu a editoria de Política, em página inteira, contando em detalhes a festa em Fortaleza e Mombaça.

*A Folha de S. Paulo* também publicou na primeira página da editoria de Política, mas sem chamada de capa, e destacando a questão eleitoral: Andrade aproveitou a viagem para incrementar sua campanha ao governo do Ceará. A matéria da *Folha* continha informações sobre o voo da alegria e as estimativas de gastos com hotel em Fortaleza. Esse dado, porém, estava no meio do texto, sem destaque.

*O Globo*, por sua vez, publicou apenas uma pequena e protocolar notícia, na página 2, com o título “No Aeroporto (de Fortaleza), 800 recebem o presidente”, sem qualquer citação à farra com o dinheiro público.

Um acontecimento, três notícias diferentes. Sem o relato informativo que transforma fatos em notícias, afirma Tuchman, muitos acontecimentos relevantes não se tornam assuntos públicos. Foi o que aconteceu com a viagem a Mombaça nas edições de *O Globo* e da *Folha* naquele 25 de fevereiro de 1989, que optaram por destacar aspectos menos.

O assunto não voltou a aparecer com grande destaque na amostra pesquisada, mas leituras exploratórias dos jornais indicam que, nos dias seguintes, a viagem a Mombaça passou

a figurar também como denúncia em a *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*. O uso e abuso da máquina pública renderam reportagens durante semanas nos jornais, no rádio e na televisão. Foi um dos destacados escândalos políticos midiáticos daquele período.

A despeito das inconstâncias e indefinições, é clara a percepção de que a imprensa estava mais atenta e que o próprio governo fomentava o noticiário negativo, principalmente nos atos relativos à luta política para garantir o mandato de cinco anos. A pressão e a barganha explícita por parte dos parlamentares que defendiam quatro anos de mandato duraram até sua aprovação final, em meados de 1988, e estavam presentes nos jornais. Nem sempre, no entanto, com grande destaque.

A pesquisa sobre a presença das denúncias no noticiário político entre março de 1985 e março de 1990 confirma a premissa de que o jornalismo investigativo se fortaleceu como uma nova tendência da imprensa brasileira no primeiro governo civil depois de 20 anos de ditadura, mais precisamente, no final dos anos 1980 (WAISBORD, 2000; PORTO, 1996; MOTTA et al, 2015). Foi um período, como mostram os dados da presente pesquisa, de muitas dúvidas e recuos, mas também de um importante aprendizado para a imprensa.

## 5 Considerações finais

A ideia de realizar uma pesquisa sobre o noticiário de denúncias de corrupção na imprensa escrita do Brasil foi motivada pela percepção de que este tipo de jornalismo passou por mudanças significativas a partir da retomada da democracia, na segunda metade dos anos 1980. Os primeiros resultados, aqui expostos, indicam que já eram presentes as reportagens sobre todo tipo de irregularidades cometidas pelos atores políticos. No entanto, não estava fortalecida ainda na edição do material publicado a cultura do escândalo político midiático.

Este artigo, um produto da pesquisa, sugere que naquele primeiro momento da redemocratização prevaleceu no noticiário político dos jornais estudados a preferência e valorização da notícia política em seu formato mais tradicional e, principalmente, da cobertura de disputas eleitorais. Foi analisada também a hipótese de que o noticiário de denúncias naquele período perdia força e espaço nas páginas nos anos em que ocorriam eleições.

No entanto, somente estudos acadêmicos complementares e novos dados comparativos



poderão confirmar ou não as premissas aqui relacionadas.

## 6 Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. **Um outro Quarto Poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil**. Anais do VIII Encontro Nacional da COMPÓS. 1999.

ALDÉ, A; VASCONCELOS, F. **Ao Vivo de Brasília: Escândalo Político, Oportunismo Midiático e Circulação de Notícias**. Revista de Ciências Sociais, v. 39, p. 61-69. Fortaleza. 2008.

AZEVEDO, F. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. Em Debate. Belo Horizonte, v.2, n.3p. 14-19, mar. 2010.

BAUER, M; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

HERRMANN, Julián D. **Mídia e política subnacional na América Latina**. In: HERRMANN, Julián; GUAZINA, Liziane; PEREIRA, Fábio (orgs.). Novos questionamentos em mídia e política. Florianópolis (SC: Insular, 2015.

HERSCOVITZ, Helena. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2007.

MELO, José M. **Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de Comunicação e a Prática Política**. In: Lua Nova, n. 55-56. 2002.

MOTTA, Luiz G. **As relações entre o real e o simbólico**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.). O Jornal, da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.

SALGADO, S. **Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.9, pp. 229-253. Brasília, 2012.

SILVA, G. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. II, n. 1. 2005.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**. New York: Basic Books, 1978.

THOMPSON, John. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. vol. I. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Que é o Jornalismo em uma Democracia?** In: TARGINO, Maria das Graças. Jornalismo Cidadão. Informa ou deforma? Brasília: UNESCO, 2009.



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo  
Universidade Anhembi-Morumbi, 23 a 25 de junho de 2016

TUCHMAN, Gaye. **As notícias como uma realidade construída**. In: Comunicação e Sociedade. PISSARRA, Joao E. (org). Lisboa: Livros Horizontes, 2002.

WAISBORD, Sílvio. **Watchdog Journalism in South America**. News, Accountability and Democracy. New York: Columbia University Press, 2000.

WOLF, Mauro. **As Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.